

## INEPAC PARTICIPA DE ATO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESPAÇO DE MEMÓRIA NO PRÉDIO DO ANTIGO PRÉDIO DO DOPS NA LAPA.

O ATO FOI REALIZADO NA SEDE DA OAB- RJ/CAARJ, NO ÚLTIMO DIA 12/12.

No último dia 12 de dezembro foi realizado, na sede da CAARJ, na Av. Marechal Câmara, ato público para apresentação da proposta de criação do espaço de memória no prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na lapa. O prédio, tombado pelo Inepac, construído 1908, em estilo eclético francês, foi a primeira edificação projetada exclusivamente para abrigar o Departamento de Polícia do antigo Distrito Federal. Sua trajetória foi marcada pela polêmica atuação da polícia ao longo do tempo e especialmente nos períodos da Ditadura do Estado Novo e da Ditadura Militar.



O Evento contou com a presença de autoridades e pesquisadores.

Participaram fazendo uso da palavra enriquecendo a apresentação do Relatório Final o Deputado Federal Wadih Damous (PT-RJ); o Diretor-Geral do Inepac (SEC), Manoel Vieira; a historiadora da UFRJ Jassie Jane (ex-pres

política); a Superintendente da Leitura e do Conhecimento (SEC), Vera Schroeder; Newton Leão (ex-presos político), dentre outros

A pesquisadora e consultora Andréa Falcão, responsável pela produção do Relatório Final, fez a apresentação da proposta que resumimos a seguir.



O documento exposto apresenta os resultados finais da consultoria estabelecida pelo Contrato nº 2016/000037 no âmbito do PROCOC BRA 08/021 – Projeto de Cooperação Técnica firmado entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, criada em 13 de novembro de 2002, pela Lei n. 10.559, têm como missão aprofundar o processo democrático brasileiro a partir das diretrizes da Justiça de Transição - direito à reparação, à memória e à verdade. Nesse sentido, a Comissão dedica-se à formulação, implementação e fomento de políticas públicas para a preservação da memória e educação para a democracia, atuando por meio de

projetos como Caravanas da Anistia, Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho, Memorial da Anistia Política do Brasil, Revista Anistia, entre outros.

O Projeto de Cooperação Técnica PRODOC BRA/08/021 - Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil visa dar subsídios para elaboração e execução das ações da Comissão de Anistia através do intercâmbio de experiências institucionais nas áreas de educação, ciência e cultura. Um dos objetivos específicos do Projeto é desenvolver e implementar estratégias de mobilização que permitam articular as ações da Comissão de Anistia com iniciativas da sociedade civil, bem como com órgãos estatais e agências nacionais e estrangeiras, para a proposição de ferramentas e insumos capazes de promover a universalização de informações sobre Justiça de Transição e políticas de Direitos Humanos no Brasil e no exterior.

Assim, atendendo às recomendações feitas pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro expressas em seu relatório final e às demandas de diversos grupos e instituições da sociedade civil organizada, a Comissão de Anistia realizou processo seletivo para contratação de consultoria com vista à elaboração de proposta para a transformação e ressignificação do prédio onde funcionou o antigo Dops, no centro da cidade do Rio de Janeiro, em um espaço cultural aberto e dinâmico voltado para a população. O trabalho foi realizado nos meses de fevereiro a outubro de 2016.

O documento contém as diretrizes gerais para criação, implantação e gestão do Espaço Memória e Direitos Humanos, proposta desenvolvida para implementação de uma instituição de memória no imóvel situado na esquina da Rua da Relação com a Rua dos Inválidos.

Achamos importante observar que este documento é antes de tudo um documento técnico que visa estruturar as diretrizes gerais para criação, implantação e gestão do Espaço Memória e Direitos Humanos. E que, embora, o texto contenha uma série de referências conceituais e teóricas, não se trata

de um trabalho acadêmico sobre os temas expostos. As referências mencionadas ao longo do trabalho visam explicitar as fontes pesquisadas, ajudar na recuperação das informações e remeter aos autores que se debruçaram sobre estes assuntos antes de nós.

Observamos ainda que, apesar de ser um documento técnico, este documento também tem caráter formativo/informativo, uma vez que, devido a natureza do grupo para o qual trabalhamos (formado por pessoas que não atuam diretamente em instituições de memória e não estavam familiarizadas com sua linguagem e instrumentos de trabalho), nos pareceu importante explicitar alguns conceitos e/ou metodologias de modo que os envolvidos pudessem se apropriar dos termos e acompanhar melhor o desenvolvimento da proposta.